As licenciaturas na cidade do Rio de Janeiro — distorções quantitativas*

Célia Lúcia Monteiro de Castro **

1. Introdução; 2. O problema da formação do docente do 1º e 2º graus de ensino; 3. Formação diversificada segundo nível de ensino de atuação docente; 4. Formação diversificada segundo área de conhecimento; 5. Formação diversificada segundo "que" ensinar e "como" ensinar; 6. As distorções quantitativas — o caso da cidade do Rio de Janeiro; 7. Crescimento acelerado das diplomações na década de 70; 8. Diplomações segundo áreas de conhecimento; 9. Diplomações segundo matérias específicas; 10. Diplomações segundo escolas; 11. Conclusão.

1. Introdução

Ao ser criada, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil), a adoção de um sistema formal de preparo de professores da então escola secundária fazia prever a rápida solução do problema de ausência de recurso humano habilitado, tanto assim que os dispositivos legais estabeleciam um prazo de cinco anos para apresentação do diploma como condição indispensável para a inserção no mercado de trabalho docente. O otimismo da iniciativa não encontrou respaldo na realidade e, no momento presente, os déficits quantitativos ainda são flagrantes, levando à aceitação permanente de soluções emergenciais.

Ocorre, no entanto, que ao analisar a falta de docentes para o 1º e 2º graus de ensino, é comum associar o escasso desenvolvimento da escola às precárias condições socioeconômicas e culturais de uma dada comunidade, o que leva, como corolário, à aceitação de que em centros mais desenvolvidos o problema não existe, ou, ao menos, é atenuado. Pretende o presente artigo demonstrar que, ao lado das distorções qualitativas, determinadas

* Os resultados aqui apresentados foram levantados como parte de uma pesquisa financiada pelo INEP intitulada O sistema de formação de licenciados e especialistas em educação.

** Professor titular do IESAE/FGV.

pelo próprio modelo adotado, cidades grandes, como é o caso do Rio de Janeiro, sofrem distorções quantitativas sérias.

2. O problema de formação do docente do 1º e 2º graus de ensino

A análise do período 1939-77, no que se refere à formação do docente para o ensino pré-universitário (antigamente escola primária e média, hoje ensino de 1º e 2º graus), parece indicar que, do ponto de vista qualitativo, são três os grandes problemas: a) como preparar professores que irão atuar em níveis diferentes de ensino (face à dicotomia acima assinalada); b) como preparar professores para atuar em áreas distintas do conhecimento; c) como desenvolver a parte propriamente pedagógica, ao lado das disciplinas de conteúdo.

3. Formação diversificada segundo nível de ensino de atuação docente

Dado que a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (e a adoção de seu modelo por outras instituições de ensino superior) é posterior ao aparecimento no País das primeiras "escolas normais" (terceira e quarta décadas do século XIX), firmou-se, em nossos meios educacionais, o princípio de que o professor se forma em nível superior ao daquele em que irá trabalhar, podendo, no entanto, ser maior ou menor o intervalo entre esses dois níveis. Assim, o professor primário se formava em nível ginasial (regente de curso primário) ou em nível colegial (professor "normalista"), enquanto o docente de ginásios e colégios tinha diploma universitário. [1]

Déficits quantitativos que já tinham autorizado o mecanismo de "meia confecção" do professor primário (formação a nível ginasial, em oposição ao preparo "mais completo" dado em nível colegial) levaram, a partir de 1964-5, a se admitir a licenciatura "curta". O raciocínio é aparentemente coerente, mantendo-se o princípio da formação superior ao escalão de atuação, embora reduzindo o espaço de diferenciação. Para um sistema educacional em quatro degraus (primário, ginásio, colégio, faculdade), a formação do professor passou também a ser feita em quatro estágios: normal

[1] O mesmo princípio foi estabelecido para o magistério de nível superior com a adoção do mestrado e doutorado. Este nível de ensino, entretanto, não é analisado no presente trabalho.

ginasial e normal colegial, para o professor primário; graduação "curta" e plena para o professor de escola média.

A simplicidade do esquema, contudo, tem sido sujeita a duras provas, a primeira das quais presa a um problema nitidamente operacional: admitida a licenciatura "curta" polivalente (preparo de professor em dois ou três anos universitários para lecionar duas ou três disciplinas), a pressão passou a ser feita visando a licenciatura "curta" monovalente, feita ou não em regime intensivo ou parcelado, objetivando preparar mais docentes em menos tempo.

Ao lado disso, a persistência da mão-de-obra não-qualificada, assumindo funções docentes, foi novamente admitida pela legislação (Lei nº 5.692/71), aceitando-se, claramente, que o sistema escolar reflete a comunidade a que serve, de modo que áreas economicamente carentes têm professores de menor qualificação, o oposto ocorrendo em locais mais desenvolvidos.[2] Dessa forma, paralelamente aos exames de suficiência (que foram mantidos pela reforma), ocorreram outros desdobramentos, expressos nos seguintes níveis:

1. Formação em nível de 2º grau para o professor da primeira etapa do 1º grau (quatro primeiras séries), com extinção da formação em nível ginasial, pela instituição do ensino de 1º grau.

2. Possibilidade de estudos adicionais (um ano de duração), entre outras finalidades para preparar professoras de quinta e sexta séries do 1º grau.

3. Licenciatura "curta", mono ou polivalente, para o professor de 1º grau.

4. Possibilidade de estudos adicionais (um ano de duração) para o professor de primeira e segunda séries do 2º grau.

5. Licenciatura plena.

Mais recentemente, o problema se tornou mais complexo, quando se passou a admitir que a licenciatura "curta" precede a licenciatura plena, a formação do docente de "áreas de estudo" antecedendo o preparo específico do professor de "disciplina" (caso específico da licenciatura de ciências).

4. Formação diversificada segundo área de conhecimento

Criada para preparar professores da escola secundária (através das chamadas "licenciaturas de conteúdo") e da escola normal (através do curso de

[2] Este princípio não é aceito por inúmeros outros grupos profissionais, destacando-se os correspondentes à área da saúde (medicina, odontologia, farmácia etc.).

pedagogia), a Faculdade Nacional de Filosofia consolidou a primeira divisão de áreas de conhecimento, que a rigor correspondia a diferentes tipos de escola. A escola secundária propiciava a "cultura geral", eminentemente propedêutica ao ingresso à universidade, enquanto a "cultura técnica" (agrícola, comercial e industrial) era ministrada em outras escolas de nível médio, o preparo de seus professores ficando a cargo de diretorias específicas do Ministério da Educação e Cultura (ensino comercial e ensino industrial) e do Ministério da Agricultura (ensino agrícola, depois sob responsabilidade do MEC). A única exceção era o curso normal, considerado como que intermediário, nem rigorosamente secundário, nem rigorosamente técnico.

As diversas seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras formavam professores de história-geografia, ciências sociais, filosofia, história natural, física, matemática, química, letras clássicas, línguas neolatinas, línguas anglo-germânicas, diplomando, ao mesmo tempo, bacharéis e licenciados em pedagogia e licenciados em desenho (complementando o curso recebido nas Escolas de Belas-Artes e Arquitetura).

Com o passar do tempo, este esquema básico sofreu algumas modificações, podendo ser citadas: a) eliminação das ciências da Terra no curso de história natural e a sua transformação em ciências biológicas; b) diversificações na divisão dos cursos de letras, eliminando a primitiva divisão tricotômica (a partir de 1965, a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, passou a diplomar docentes em português-literatura, português-alemão, português-árabe, português-espanhol, português-francês, português-grego, português-hebraico, português-italiano, português-latim e português-russo); c) distinção entre o curso de geografia e o de história etc.

Essas mudanças, contudo, ainda não conseguiram superar a diversificação entre matérias de "cultura geral" e de "cultura técnica", mesmo através da adoção da licenciatura em artes práticas (basicamente para atender ao novo ensinamento ministrado nos "ginásios orientados para o trabalho"), das chamadas licenciaturas nos esquemas I e II, das novas licenciaturas em técnicas agropecuárias, técnicas comerciais e de serviço, técnicas industriais e técnicas de nutrição e dietética, o que se agrava pela nova concepção das licenciaturas "curtas". O quadro 1, a seguir, apresenta a diversificação atual das licenciaturas e respectivas habilitações, segundo áreas de conhecimento.

Quadro 1
Licenciaturas e habilitações

Licenciatura	Nível de formação	Habilitações
Letras	Licenciatura de 1.º grau	. Português e literatura da língua portuguesa . Língua estrangeira moderna com a respectiva literatura . Língua e literatura latina . Português e uma língua estrangeira moderna com a respectiva literatura . Português e latim com as respectivas literaturas
	Licenciatura de 2.º grau	. Português e literatura da língua portuguesa . Língua estrangeira, clássica ou moderna, com a respectiva literatura . Português e uma língua estrangeira, clássica ou moderna, com as respectivas literaturas
Estudos sociais	Licenciatura de 1.º grau Licenciatura de 2.º grau	. Educação moral e cívica
Ciências sociais	Licenciatura de 2.º grau	
História	Licenciatura de 2.º grau	
Geografia	Licenciatura de 2.º grau	
Ciências	Licenciatura de 1.º grau Licenciatura de 2.º grau	. Matemática . Física . Química . Ciências biológicas
Educação física	Licenciatura de 1.º ou de 2.º grau	. Ginástica e atletismo . Técnica desportiva . Recreação
Educação artística	Licenciatura de 1.º ou de 2.º grau	. Artes plásticas . Artes cênicas . Desenho . Música
Artes práticas	Licenciatura de 1.º grau	. Artes industriais . Educação para o lar . Técnicas agrícolas . Técnicas comerciais

(Continua)

Quadro 1 (conclusão)
Licenciaturas e habilitações

Licenciatura	Nível de formação	Habilitações
Educação doméstica e educação familial	Licenciatura de 2.º grau	
Técnicas agropecuárias	Licenciatura de 2.º grau	
Técnicas comerciais e de serviço	Licenciatura de 2.º grau	. Administração . Comércio . Crédito e finanças
Técnicas industriais	Licenciatura de 2.º grau	. Construção civil . Eletricidade . Eletrônica . Mecânica
Técnicas de nutrição e dietética	Licenciatura de 2.º grau	

5. Formação diversificada segundo "que" ensinar e "como" ensinar

Às necessidades já assinaladas de criar um sistema coerente de preparo para professores que irão atuar em níveis diferentes de ensino, ministrando matérias diferentes, sem, ao mesmo tempo, privilegiar um determinado nível de ensino (geralmente o mais elevado) e um dado conjunto de assuntos (matérias de cultura geral), acrescenta-se o problema de como preparar o novo professor, quer do ponto de vista do conteúdo que irá transmitir, quer da forma ou formas que deverá adotar para conduzir o processo de ensino-aprendizagem.

Partiu-se, inicialmente, do chamado esquema $3 \div 1$, ou seja, o domínio de um dado conteúdo assegurava o diploma de bacharel, a que se seguia um "ano pedagógico", propiciador do diploma de licenciado. As discussões havidas sobre as desvantagens de se dicotomizar o "que" ensinar do "como" ensinar levaram à adoção de uma forma paralela, segundo a qual as disciplinas pedagógicas são cursadas simultaneamente com as disciplinas de conteúdo.

Contudo, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, em 1971, determinou o aparecimento de uma nova situação problemática, qual seja a forma de

preparar o docente para atuar em "atividades" (professor da primeira etapa do ensino de 1º grau), em "áreas de estudo" (professor da segunda etapa do mesmo nível de ensino) e em "disciplinas" (professor de 2º grau). A solução aventada discrimina, no momento, "atividades" e supõe que o preparo para "áreas de ensino" possa ser feita em licenciatura "curta" (licenciatura de 1º grau), a que se seguirá a licenciatura plena (licenciatura de 2º grau), para o ensino de disciplinas. A rigor, o planejamento ainda está limitado à área de ciências, não se tendo feito o mesmo nem para comunicação e expressão, nem para estudos sociais (mantendo-se, assim, as licenciaturas diversificadas, conforme foi assinalado no quadro 1).

6. As distorções quantitativas — o caso da cidade do Rio de Janeiro

Mesmo fazendo-se caso omisso de todos os problemas já levantados, a questão da formação do docente é ainda grave, em seus aspectos quantitativos. Dados levantados em 1977 para a cidade do Rio de Janeiro apontam distorções no que se refere a áreas de conhecimento, disciplinas específicas e escolas, além de um incremento extremamente intenso de diplomações na década de 70.

7. Crescimento acelerado das diplomações na década de 70

Levantamentos feitos em 1977 junto às instituições de ensino superior sediadas no município do Rio de Janeiro, consideradas apenas as chamadas "licenciaturas de conteúdo" (ou seja, não se levando em conta o curso de pedagogia), indicam que até 1966 as diplomações em todos os cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras não ultrapassavam 500 (quinhentos) professores, havendo, ainda, oscilação numérica. Assim,

Quadro 2

Diplomas concedidos pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Rio de Janeiro, 1939-68)

Ano	Número de diplomações em todos os cursos
1939	39
1940	36
1941	65
1942	81
1943	128

(Continua)

Quadro 2 (conclusão)

Diplomas concedidos pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Rio de Janeiro, 1939-66)

Ano	Número de diplomações em todos os cusros
1944	81
1945	161
1946	187
1947	151
1948	73
1949	156
1950	221
1951	176
1952	300
1953	392
1954	355
1955	345
1956	400
1957	324
1958	362
1959	351
1960	300
1961	375
1962	310
1963	318
1964	352
1965	380
1966	474

Este pequeno número de diplomações anuais sofre um notável aumento a partir de 1967, chegando a atingir dez anos depois (em 1976) o total de 3.497, dando para o período 1939-77 um total de 26.990 professores formados (quadro 3). A análise do incremento e de suas conseqüências deve ser feita considerando uma multiplicidade de elementos, entre os quais se destacam: a) a falta de regulamentação de inúmeras profissões e a falta de mercado de trabalho, encaminhando para os cursos de licenciatura indivíduos pouco interessados na atividade docente, pela relativa desativação dos cursos de bacharelado; b) a multiplicação dos cursos de licenciatura devida em parte aos baixos investimentos iniciais para a organização e manutenção dos cursos; c) a demanda social por educação, notadamente a de nível superior de ensino; d) a possível carência de professores habilitados, decorrente de períodos anteriores em que as diplomações se faziam em número

restrito; e) o aumento da matrícula no ensino de 1º e 2º graus, aumentando as possibilidades de emprego para os professores. Opõem-se a todos estes fatores os salários baixos, tradicionalmente pagos ao corpo docente em escolas particulares ou públicas e a transformação paulatina, em níveis estadual e municipal, do quadro do "servidor público" em regime funcional regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e dispositivos normativos complementares.

8. Diplomações segundo áreas de conhecimento

Não se pode, entretanto, considerar apenas o contingente formado pelas faculdades de filosofia, ciências e letras (e pelas atuais faculdades de educação) em seus aspectos globais, sem a discriminação das áreas de conhecimento envolvidas. Partindo-se da divisão do "núcleo comum" em comunicação e expressão, estudos sociais e ciências, observa-se, para o Rio de Janeiro e para o período já citado (1939-77), a seguinte distribuição:

Gráfico 1
Total de licenciados
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1976)

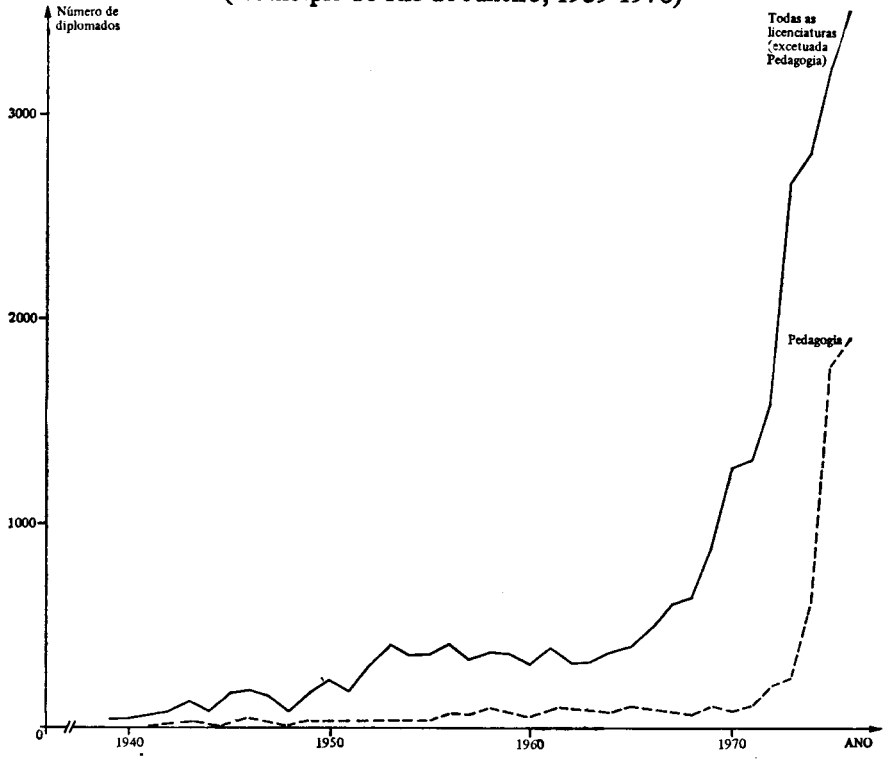
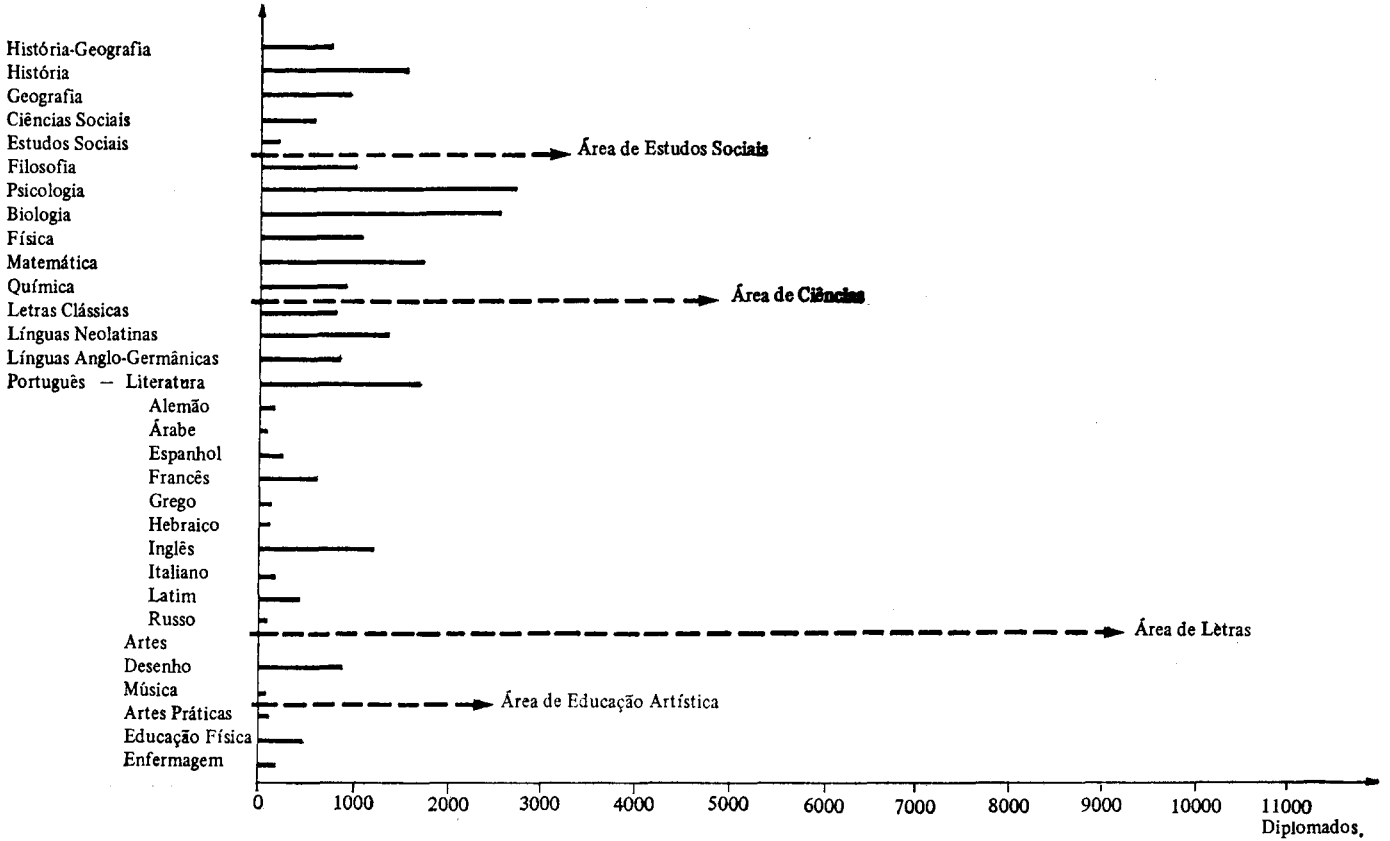


Gráfico 2
Total de licenciados
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1976)



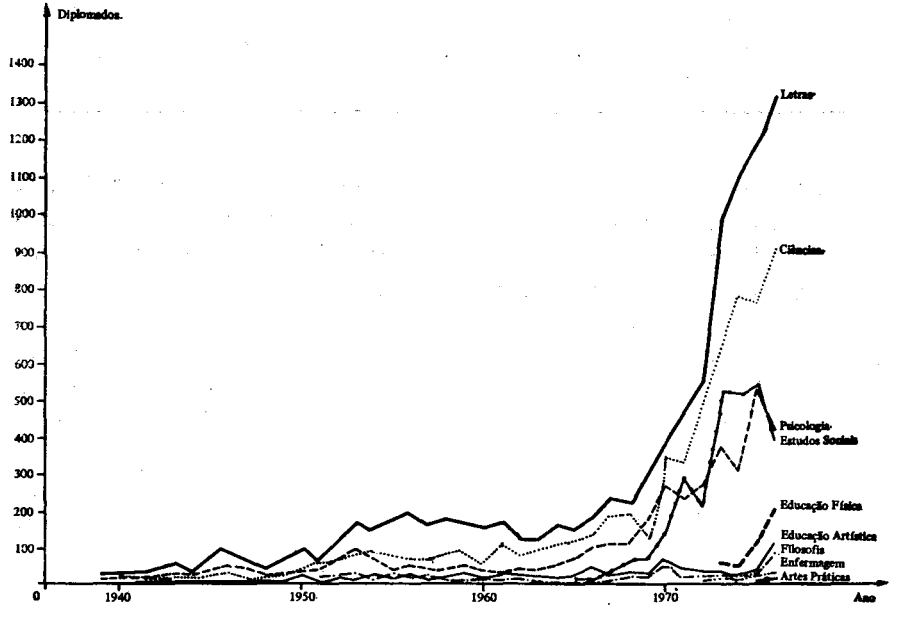
Comunicação e expressão (incluindo todos os cursos de letras, artes, desenho, música, educação física) 11.697

Estudos sociais (incluindo os cursos de história-geografia, história, geografia, ciências sociais, estudos sociais em suas modalidades de graduação "curta" e plena) 4.216

Ciências (incluindo os cursos de história natural, biologia, física, matemática, química) 6.988

O escalonamento das três áreas em níveis quantitativos distintos (conforme se discrimina nos gráficos 2 e 3), com o predomínio de "comunicação e expressão", parece indicar uma distorção séria, mesmo que não se considere, no momento, a distribuição da carga horária das matérias no ensino de 1º e 2º graus. Para um país que almeja um desenvolvimento científico e tecnológico acelerado e que necessita de indivíduos atentos ao mundo em que vivem, formam-se poucos docentes de ciências e de estudos sociais.

Gráfico 3
Licenciados segundo áreas
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1976)



9. Diplomações segundo matérias específicas

Pode-se aprofundar a análise, tomando-se como padrão da referência cada uma das grandes áreas do "núcleo comum". Assim, tomados os 9.692 diplomados em letras, no Rio de Janeiro, no período 1939-76, verifica-se:

Quadro 3

Diplomações em letras (Rio de Janeiro, período 1939-76)

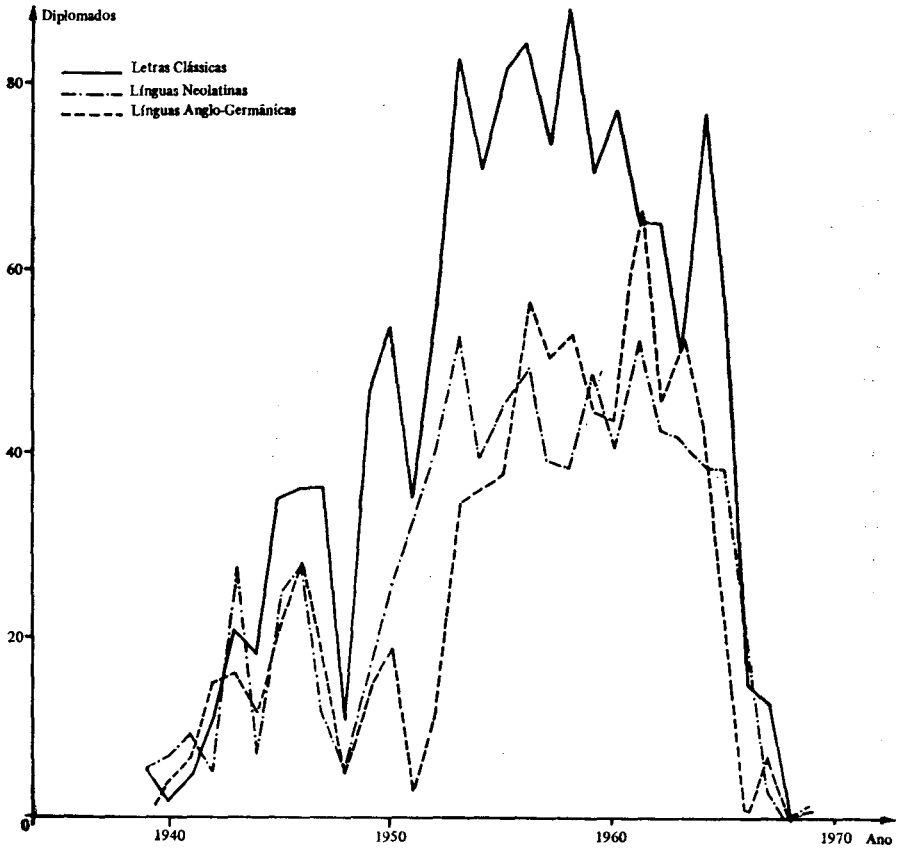
Matéria	Número de diplomações
Letras cássicas	778
Letras neolatinas	1.338
Letras anglo-germânicas	817
Português-literatura	1.764
Português-alemão	124
Português-árabe	14
Português-espanhol	249
Português-francês	696
Português-grego	59
Português-hebraico	50
Português-inglês	1.226
Português-italiano	141
Português-latim	433
Português-russo	46

Em outras palavras, as atuais características do comércio exterior do País e os planos de desenvolvimento (cite-se, à guisa de exemplo, a proximidade das usinas de Angra dos Reis) não impedem, ainda, que se diplome mais em latim do que em alemão, árabe e russo.

A distorção observada na área das letras também se verifica em estudos sociais e ciências. No primeiro caso, no período 1939-76 (cidade do Rio de Janeiro) os 4.029 diplomados corresponderam a 758 professores de história-geografia (modalidade que concedeu diplomas até 1966), 1.573 de história, 940 de geografia, 560 de ciências sociais e 198 de estudos sociais. Ou seja, a manutenção das diversas habilitações e licenciaturas não só dificulta a plena implementação do ensino por "áreas de estudo" (o que também acontece em comunicação e expressão, aceita, mesmo em nível concei-

tual e tripartição em letras, educação artística e educação física), como está ocasionando a formação de um número maior de docentes de história em relação aos de geografia, fenômeno possivelmente prejudicial ao desenvolvimento de cada um dos campos de conhecimento (gráfico 6).

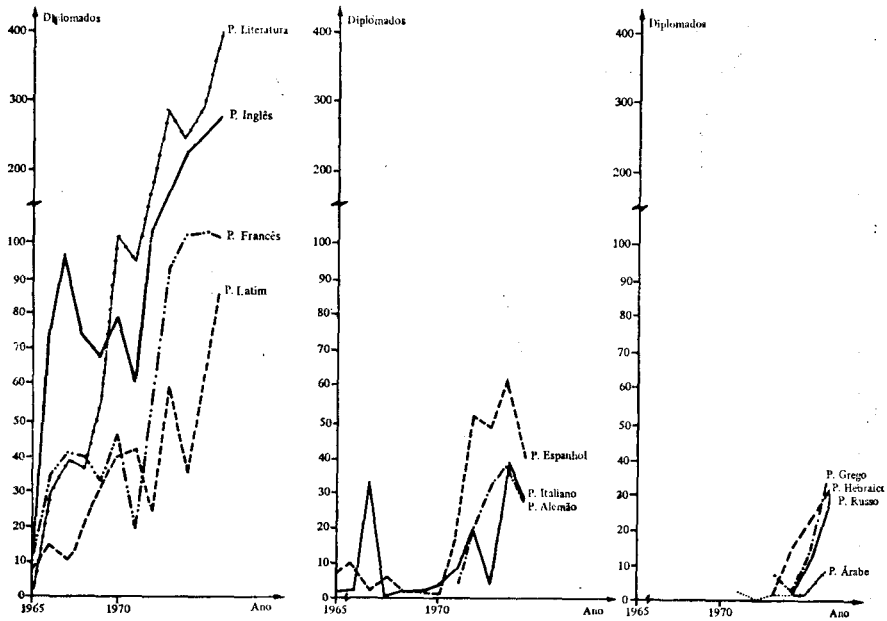
Gráfico 4
Licenciados na área de Letras
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1969)



Finalmente, considerados o mesmo período (1939-76) e a mesma cidade (Rio de Janeiro), 6.440 docentes de ciências representam, na realidade, 2.632 licenciados em biologia (ou história natural, segundo os currículos mais antigos), 1.102 em física, 1.797 em matemática e 909 em química

(gráfico 7). O fenômeno merece destaque porque pode significar um certo grau de "biologização" da licenciatura de ciências, se e quando implantada, ao mesmo tempo que pode significar, no momento presente, uma dificuldade do ensino e aprendizagem da biologia pela carência de professores de química e física, matérias que, cada dia mais, são usadas para a mais clara compreensão do fato biológico.

Gráfico 5
Licenciados na área de Letras
(Município do Rio de Janeiro, 1965-1976)

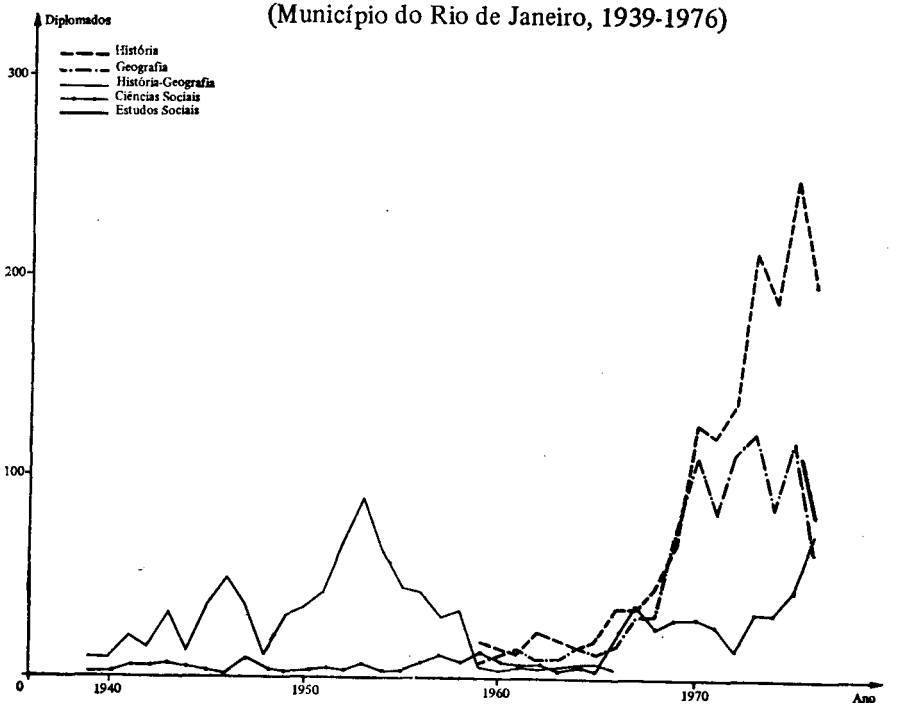


10. Diplomações segundo escolas

Paralelamente aos fatos já apontados (incremento das diplomações na década de 70, distribuição desigual de diplomações entre as áreas de conhecimento e entre matérias dentro de cada uma das três áreas consideradas), tem-se modificado a contribuição relativa de cada uma das instituições de ensino. Se considerarmos todas as licenciaturas no Rio de Janeiro (período 1939-77), aí incluídas "licenciaturas de conteúdo" e curso de pedagogia, obtém-se um total de 34.174 diplomas concedidos por 15 instituições, duas

das quais (Centro de Ciências Humanas e Sociais do Instituto Isabel e Faculdade de Educação Jacobina) dedicadas exclusivamente à área da educação. A ordem de aparecimento de faculdades e universidades não equivale ao total de diplomações, o que pode ser facilmente demonstrado no que se refere às entidades mais antigas: Universidade Federal do Rio de Janeiro (8.335 licenciados), Universidade Santa Úrsula (3.795), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2.563) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (7.542). Por outro lado, instituições mais recentes têm se mostrado extremamente pujantes, no que tange ao preparo de docentes e especialistas em educação, como a Universidade Gama Filho (3.320 licenciados), a Faculdade de Humanidades Pedro II (2.632) e Faculdades Inte-

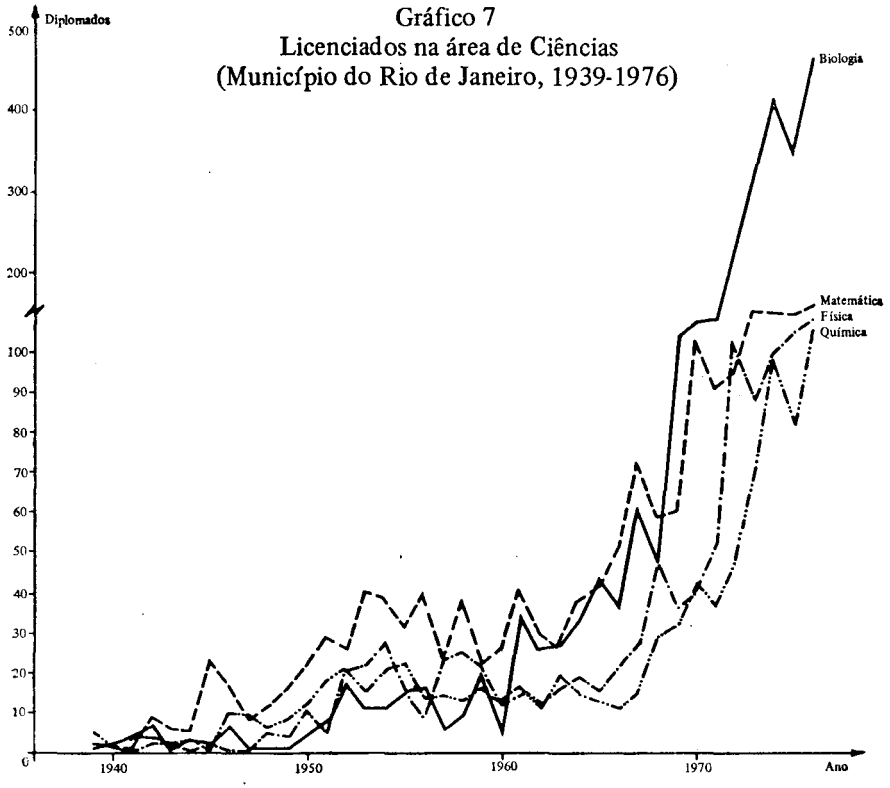
Grafico 6
Licenciados na área de Estudos Sociais
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1976)



gradas Simonsen (1.085); em outras palavras, o incremento de diplomas se deve não só ao aumento numérico dos cursos, mas à elevada matrícula nestes cursos de recém-criação (gráfico 8).

A persistência dessas anomalias de cunho quantitativo parece assegurada se a análise enfoca outro aspecto da questão, qual seja o do número de cursos atualmente existentes (em 1977) e o de diplomações (1976, quadro 4). Das diversas licenciaturas encontradas no Rio de Janeiro, apenas sete contam com cinco ou mais cursos, sendo por ordem decrescente: português-literatura (10 cursos), português-inglês (9 cursos), português-francês (7 cursos, com uma média de 15 diplomações por curso), psicologia, biologia e matemática (cada um com 6 cursos, mas médias de diplomações correspondendo, respectivamente, a 66, 77 e 28) e história (5 cursos).

Gráfico 7
Licenciados na área de Ciências
(Município do Rio de Janeiro, 1939-1976)



11. Conclusão

Se o atual sistema de licenciaturas parece ainda não ter equacionado de modo coerente o problema da formação de docentes para o 1º e 2º graus de ensino (no que se refere principalmente à organização de um sistema e

da articulação vertical e horizontal das partes constituintes do sistema), as distorções quantitativas, mesmo em grandes centros, como é o caso do município do Rio de Janeiro, são de ordem que sugerem a necessidade de um certo direcionamento das oportunidades educacionais, incentivando a criação de cursos em áreas de conhecimento ainda pouco atendidas e desestimulando a oferta de mais cursos e de mais vagas em outras áreas, nas quais já se observa o fenômeno da saturação do mercado ocupacional. Reconhece-se, no entanto, a possível impopularidade de tais medidas, a não ser que acompanhadas de um efetivo esclarecimento à clientela eventual.

Quadro 4

Número de cursos de licenciatura, segundo área de estudos, existentes no município do Rio de Janeiro em 1977 e número de graduados, por licenciatura, em 1976

Licenciaturas por área de estudos	Número de cursos em 1977	Diplomados em 1976
História	5	200
Geografia	3	66
Ciências sociais	3	76
Estudos sociais (licenciatura plena)	2	82
Filosofia	4	106
Psicologia	6	394
Biologia	6	462
Física	4	145
Matemática	6	169
Química	4	137
Português-literatura	10	390
alemão	3	28
árabe	1	9
espanhol	3	40
francês	7	104
grego	2	34
hebraico	2	31
inglês	9	279
italiano	2	29
latim	4	87
russo	1	29
Artes	1	—
Desenho	1	69
Artes práticas	1	21
Educação física	2	201
Enfermagem	2	26
Música	1	23

Gráfico 8
Licenciados por instituições
(Município do Rio de Janeiro)

